



Contrarrazão ao Recurso Administrativo

Pregão Eletrônico N° 90005/2024

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro,

A empresa AGC Prestação de Serviços Ltda., inscrita no CNPJ nº 14.116.631/0001-85, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar sua contrarrazão ao recurso interposto pela empresa Assert Serviços em Gestão de Recursos Humanos Ltda., inscrita no CNPJ nº 05.665.521/0001-81, no Pregão Eletrônico nº 90005/2024. Seguem abaixo as considerações detalhadas e fundamentadas:

Defesa do Item 1: Ausência de Comprovante de Inscrição no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)

****1.1. Conformidade com a Convenção Coletiva e Legislação****

A empresa esclarece que a adesão ao PAT é recomendada, mas não obrigatória, conforme a Convenção Coletiva de Trabalho do Estado de Alagoas. A legislação aplicável, incluindo a Lei 6.321/76 e o Decreto 5/1991, estabelece que os benefícios fiscais do PAT só são aplicáveis às empresas participantes do programa. Portanto, a não participação no PAT não desqualifica a empresa, mas apenas altera a forma de provisionamento dos encargos sociais.

****1.2. Justificativa para Não Participação do PAT****

Nossa empresa optou por não participar do PAT e, consequentemente, inserimos os custos com alimentação no Módulo 1, conforme exigido pelo edital. Ressaltamos que todos os encargos sociais e trabalhistas foram corretamente provisionados, garantindo a exequibilidade da proposta.

****1.3. Benefícios para os Trabalhadores****

Mesmo não sendo participante do PAT, a empresa garante que os trabalhadores receberão benefícios alimentares adequados, respeitando a legislação trabalhista e as disposições da Convenção Coletiva. Todos os custos com alimentação foram corretamente inseridos no Módulo 1 e estão sujeitos aos encargos sociais e trabalhistas previstos.

****1.4. Jurisprudência e Precedentes****

Conforme o Acórdão TCU nº 1214/2013 - Plenário, "a empresa deve comprovar todas as condições de habilitação no momento da apresentação das propostas, sob pena de

desclassificação". Entretanto, é importante destacar que a jurisprudência do TCU também reconhece a necessidade de análise caso a caso, considerando a razoabilidade e a proporcionalidade na avaliação das propostas. No presente caso, a não participação no PAT foi devidamente justificada e os custos foram corretamente provisionados, garantindo a viabilidade da proposta.

****1.5. Doutrina Aplicável****

De acordo com Marçal Justen Filho, na obra "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", o princípio da isonomia e da competitividade deve ser preservado em todas as fases do processo licitatório. A participação no PAT, apesar de recomendada, não é condição obrigatória para a habilitação, desde que os custos sejam devidamente ajustados e justificados, garantindo a igualdade de condições entre os concorrentes.

****1.6. Embasamento na Lei 14.133/2021****

A Lei 14.133/2021, que rege as licitações e contratos administrativos, em seu Art. 5º, estabelece que "a licitação destina-se a garantir a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, sendo processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, e probidade administrativa". Assim, nossa proposta foi elaborada em conformidade com esses princípios, assegurando a transparência e a viabilidade econômica.

****1.7. Consulta ao PAT e Conclusão Adicional****

Realizamos uma consulta à base de dados das empresas inscritas no PAT, disponível no link [\[Consulta PAT\]](https://mtgovbr-my.sharepoint.com/:x:/g/personal/marcelo_naegle_trabalho_gov_br/EU73yzO3cTlBk0xq-dVe8GMBKC0WozFN5aPJ5ai--QFJQ?rttime=dLrIFyKw3Eg)(https://mtgovbr-my.sharepoint.com/:x:/g/personal/marcelo_naegle_trabalho_gov_br/EU73yzO3cTlBk0xq-dVe8GMBKC0WozFN5aPJ5ai--QFJQ?rttime=dLrIFyKw3Eg), e verificamos que nenhuma das empresas que interpuseram recursos contra a AGC Prestação de Serviços encontra-se inscrita no PAT. Isso evidencia que as alegações feitas pelas empresas concorrentes não possuem fundamentação prática, pois elas mesmas não aderiram ao programa que estão utilizando como argumento contra a AGC.

Defesa do Item 2: Transparência e Competitividade

****2.1. Utilização do Modelo de Planilha Disponibilizado****

Seguimos o modelo de planilha disponibilizado no pregão eletrônico, realizando ajustes conforme permitido e justificado nas instruções recebidas. Os valores cotados para recepcionistas foram calculados com base em salários normativos, adicionais de periculosidade e insalubridade, e demais encargos conforme exigido pela legislação e pela convenção coletiva de trabalho.



****2.2. Transparência e Competitividade****

Os ajustes e valores apresentados foram feitos de maneira transparente, assegurando a competitividade e viabilidade da proposta. A empresa possui vasta experiência em contratos similares, o que reforça nossa capacidade técnica e operacional.

****2.3. Jurisprudência Aplicável****

O Acórdão TCU nº 731/2010 - Plenário destaca a importância de garantir a transparência e a competitividade nas propostas apresentadas. A empresa assegurou que todos os componentes da planilha de custos fossem justificados e alinhados com as exigências do edital, garantindo a conformidade e a viabilidade da proposta.

Do Pedido

Diante de tudo o que restou acima exposto, a recorrida roga a Vossa Senhoria que seja NEGADO PROVIMENTO aos argumentos soerguidos no Recurso Administrativo interposto pela Assert Serviços em Gestão de Recursos Humanos Ltda., de forma a se manter inalterada a decisão que declarou a AGC Prestação de Serviços Ltda. como classificada e vencedora do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024, dando-se regular prosseguimento ao procedimento licitatório.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Atenciosamente,

AGC Prestação de Serviços